

RESPOSTA A JULIO CABRERA

Gonzalo Armijos Palácios

Universidade Federal de Goiás
garmijos@hotmail.com

Devo dizer, com toda sinceridade, que é um prazer poder discutir publicamente com um filósofo da agudeza do meu amigo Julio Cabrera. Espero que este frutífero diálogo continue. Pela amizade que nos une tenho certeza que nada do que aqui diga será tomado como um ataque pessoal – nada mais longe da minha intenção. Procurarei, naturalmente, ser contundente com minhas críticas, mas o farei dentro desse espírito de respeito e harmonia que tem caracterizado nossa amizade.

Julio diz que me tem como filósofo antiacadêmico e não está enganado. Entretanto, há vários sentidos em que isso pode ser entendido. Sou um filósofo antiacadêmico aqui, no Brasil, mas não teria – nem tive – essa atitude nos Estados Unidos. Isso porque, lá, a academia faz o que a daqui não faz: discute, debate e procura resolver problemas que os novos tempos nos impõem como desafios. Penso que se faz filosofia descobrindo problemas e tentando resolvê-los com os próprios meios, não comentando *ad nauseam* os textos de filósofos consagrados ou redescobrimo pela milésima vez a roda. Isto faz a academia brasileira; não, afortunadamente, meu amigo Cabrera. O colega Julio escreveu em 1996 um artigo antiacadêmico para os parâmetros brasileiros. Apontava problemas e se posicionava diante deles. Não se limitou a fazer uma mera interpretação de Kant ou de Austin, mas pôs o pensamento desses autores sob o crivo da sua avaliação crítica, levantando com isso interessantes questões. Naquele artigo, o colega Julio diz muitas coisas provocantes. Desenvolve argumentos corretos sobre a teoria kantiana e abre a porta para um diálogo enriquecedor. Foi por isso que li com muito

interesse aquele artigo – li-o como teria feito qualquer outro que tivesse lido Kant: percebendo que muito do que Cabrera lhe atribuía era correto. Naquele artigo, não há o menor indício de que Cabrera tenha deturpado o pensamento de Kant inadvertida ou, pior ainda, propositalmente.

Fico surpreso, no entanto, ao ler na sua resposta ao meu artigo que ele, referindo-se a mim, afirma: “ele tem razão, [...] o Kant que eu apresento não é Kant, [...] Kant jamais disse ou pensou essas coisas, [...] o que eu disse foi uma deformação do seu pensamento, e não uma exposição fiel” (p. 3). Nem remotamente imaginei que Julio Cabrera ‘deformara’ o pensamento de Kant como tampouco insinuei que o tenha feito, pior ainda imaginar que o fizera de propósito. Tal termo (‘deformar’), aliás, não aparece uma vez sequer em todo o meu artigo. Tratava-se, no meu artigo, de determinar a legitimidade de um tipo de leitura que Julio está tentando levar a cabo. E é sobre a legitimidade de atribuir isto ou aquilo a Kant, ou a qualquer autor, que toda a questão reside, e com a qual o próprio Julio concorda no artigo original. A pergunta “é legítimo atribuir isso ou aquilo a tal autor?” pressupõe que há leituras certas e equivocadas. Mas não sou eu quem usa o termo ‘legitimidade’. É o próprio Julio que o faz em mais de um lugar, como no resumo do artigo de 1996: “Dada a total ausência da questão da linguagem na filosofia de Kant, o trabalho estuda o alcance *e a legitimidade* dessa ‘transcrição’ lingüística das duas teses kantianas”.¹ É surpreendente, então, que Julio diga, agora, que quando escreveu aquele artigo estava se apropriando das coisas de Kant sem se importar com o que Kant realmente dissera. Hoje pode dizer aquilo; não era isso, no entanto, o que fez naquele artigo. Naquele artigo pergunta se é ou não legítimo atribuir a Kant questões sobre a linguagem. Perceba-se que, naquele momento, o colega estava tendo a mesma preocupação que eu tive ao ler e fazer a crítica: teve Kant tal preocupação? Ou: podemos interpretar Kant de maneira tal que lhe atribuamos preocupações que só apareceram muito tempo depois na filosofia?

Penso que seria nefasto para a filosofia em geral se todos pensassem que fazer trabalho filosófico genuíno consistisse em deturpar o pensamento de outros autores. Seria mortal para a filosofia, de qualquer forma como esta seja concebida, porque o diálogo não poderia nem sequer começar. Suponho, e espero, que meus leitores estejam convencidos de que não estou aqui para deturpar o pensamento de ninguém e menos ainda o do Cabrera. Por isso farei as citações necessárias para que o leitor perceba que o que lhe atribuo é isso mesmo que ele está afirmando. E estou convencido de que o colega não tem a intenção de deturpar o que eu digo. É pela nossa mútua convicção de que o interlocutor está levando o outro a sério que podemos estar neste debate.

Parece que tanto Cabrera como eu temos Kant em alta estima. Esse é, sem dúvida, o meu caso. Por isso, se formos seguir uma das teses centrais do próprio Kant, não devemos fazer aquilo que não podemos querer que *todos* façam: deturpar o pensamento dos outros autores! Esta atitude, a de dizer coisas que imagino estarem *corretas*, me leva, claro, a me arriscar a estar equivocado, mas também só assim posso estar certo. E, se estou equivocado, alguém pode me apontar o erro. De qualquer forma, estou agindo como um cidadão comum: quero descobrir a verdade dos fatos com os quais me ocupo e preocupo. Não há cético, agnóstico ou anárquico que não deseje estar certo no que pensa! O ceticismo, agnosticismo e anarquismo radicais parecem, pelo menos num sentido, contraditórios. Não estou insinuando que o colega Julio seja cético, agnóstico ou anárquico, mas é óbvio que, no artigo de 1996, ele quer estar certo no que diz e atribui a Kant. Caso contrário, não se perguntaria se é ou não legítimo procurar em Kant preocupações lingüísticas.

Penso que a atitude usual num texto filosófico é justamente a que o colega Julio mostra naquele artigo, isto é, a de se perguntar: “é correto ler Kant assim?”, “é legítimo atribuir-lhe tais preocupações?”, “será que Kant pensou em tais problemas?”, “se pensou em tais problemas, apresentou alguma solução?”

Como podemos ver em várias passagens do seu texto, Cabrera teve de fato a preocupação de ser fiel ao pensamento kantiano. Dizer agora que não teve ou que não tem essas preocupações parece, no mínimo, estranho, pois é refutar-se a si próprio. Ninguém me levaria a sério, hoje, se tivesse escrito no resumo desta resposta algo como: “Neste artigo vou atribuir a Julio Cabrera coisas que ele nem disse nem podia dizer. Vou deturpar seu pensamento, me apropriar do que ele disse e atribuir-lhe o que eu quiser!” Mais surpreendente seria para o leitor se eu dissesse que o que *devo fazer* é levar a cabo tal deturpação! Qual seria a contribuição do meu trabalho, das minhas reflexões? Por que e para que, então, alguém quereria ler meu artigo se já começo reconhecendo que o que faço *e devo fazer* é deturpar o pensamento do autor que vou comentar? Diz Cabrera na sua réplica: “Essa maneira de tratar com os filósofos é uma das características do pensamento filosófico genuíno...” [!?!]. *Deturpar* o pensamento dos outros é fazer trabalho filosófico genuíno? Duvido que alguém sinceramente acredite nisso. Pior ainda um professor universitário: como avaliar os alunos se o próprio professor mantém a tese de que é trabalho filosófico genuíno deturpar o pensamento de outro filósofo? Suponho que, como eu, o colega Julio avalia provas, trabalhos e faz parte de bancas examinadoras. Como avaliaríamos um trabalho de um aluno usando esse critério? O melhor trabalho seria o que mais deturpou o pensamento do filósofo estudado? Penso que todos nós concordamos com isso: esse trabalho mereceria a pior e não a melhor avaliação.

Chama a atenção, também, que alguém que se diz antiacadêmico fale em trabalho filosófico ‘genuíno’. Pois caberia a uma posição acadêmica defender que há um pensamento filosófico ‘genuíno’. Eu, como antiacadêmico, acho que há inúmeras maneiras possíveis de pensar filosoficamente. O que quero que se observe é que, até para os que se consideram antiacadêmicos, há maneiras genuínas e legítimas. Mas, se umas são legítimas, haverá outras ilegítimas. O que nos leva à pergunta óbvia: onde está o legítimo? Penso que há uma resposta simples: o legítimo está em nos comportarmos da

maneira natural de qualquer cidadão normal: quando quer dizer sinceramente algo, diz algo e não tudo. Quando pergunta o que pensamos, quer saber o que realmente pensamos. E haverá algo a ser dito, não tudo. Portanto, haverá algo a ser entendido. Pois se algo é dito, algo deve ser entendido. O que, por sua vez, nos leva à questão do 'dizer'. 'Dizer' pode ser entendido de várias maneiras. Quando eu pergunto "o que um filósofo diz?", em última instância imagino que devemos ler uma a uma as teses de um autor, pô-las no contexto do discurso, da argumentação, do problema que se quer resolver e decidir o que se quer ou quis dizer. Assim, posso estar querendo saber o que um autor quer *em geral* dizer. Mas para isso vai ter que usar essas ou aquelas teses. O estranho seria que usasse as teses opostas àquelas que o levariam ao ponto que quer manter. Por isso, se quer, em geral, dizer algo, usará certas teses e não outras. Assim, tudo o que tenho dito não implica que discorde do Julio quando ele afirma: "a própria dinâmica do pensamento impõe a apropriação dos filósofos e sua inserção na própria reflexão". Eu concordo com isso. Posso me apropriar do que qualquer filósofo disse incorporando suas teses à minha reflexão. Mas não é isso exatamente que o Julio faz no artigo de 1996 com Kant, caso contrário não perguntaria se é legítimo atribuir-lhe isso ou aquilo! Se o colega fizesse o que ele afirmou no trecho citado, poderia ter dito: "não é isso que Kant afirmou, mas eu me apropriei de suas teses, dei um trato nelas e as incorporei à minha reflexão". Nesse caso, já não são mais das teses kantianas que estaria a falar, e sim das próprias. É o que, precisamente, eu sugiro que faça no meu texto de 1997: que assuma que está pensando por conta própria. Porque se eu admito que deturpo o pensamento de um autor, para que então discutir as teses originais desse autor e não as minhas, que seriam as desse autor, deturpadas e incorporadas às minhas reflexões pessoais! Mas, no artigo de 1996, não estão em jogo as teses do próprio Julio e sim as de Kant – se devemos, é claro, acreditar no que ele afirma no início do artigo (no resumo, para ser exato).

Não é só no resumo que Julio Cabrera se preocupa com a legitimidade de atribuir a Kant teses que não pertencem ao seu pensamento. Na introdução, no quarto parágrafo do seu artigo, Cabrera afirma:

O posicionamento perante essas possibilidades é capital, devido ao fato comprovado da total ausência da questão da linguagem dentro da obra kantiana em geral. Se esta ausência estiver profundamente motivada pela própria construção da filosofia kantiana, a versão lingüística de alguns dos seus aspectos seria inadequada e, talvez, francamente ilegítima e rejeitada por aquela mesma construção...! (p. 99-100)

Há, então, uma preocupação com a *adequação e legitimidade* de atribuir a Kant preocupações e teses sobre a linguagem. Se o próprio Julio emprega os termos ‘adequação’ e ‘legitimidade’, prova com isso que se preocupa com a possibilidade de, inadequada e ilegitimamente, atribuir a Kant preocupações ou teses que não teve e nem poderia ter tido. Não fosse suficiente esse trecho, no parágrafo seguinte Julio se mostra preocupado com o que realmente Kant disse, e não com a deturpação de seu pensamento:

Marcelo Dascal, num texto chamado ‘Kant, linguagem e conhecimento empírico’, nos lembra do ‘flagrante silêncio de Kant a respeito da linguagem, perguntando-se até que ponto seria possível introduzir a questão da linguagem dentro do seu pensamento.

E Cabrera continua:

A sua conclusão consiste em afirmar que esse silêncio kantiano não é eventual [...] senão que a própria estrutura do sistema kantiano rejeitaria qualquer rol do tipo fundamental por parte da linguagem, que a linguagem não poderia nunca fazer parte do aparato transcendental. (p. 100)

Perceba-se que a preocupação do resumo está também nos primeiros parágrafos da introdução: “é ou não legítimo atribuir certas preocupações ou teses a Kant?” Quem lê todos esses trechos não pode acreditar que o autor esteja ali conscientemente ‘deturpando’ o pensamento kantiano, muito pelo contrário, é claro que o autor desses trechos, Julio Cabrera, está preocupado em ser fiel ao que Kant disse e em concluir se houve realmente, nesse pensador, preocupações com a linguagem. Isso é confirmado, mais uma vez, pela estratégia que Cabrera afirma que seguirá nesse artigo:

A minha estratégia será apresentar aqui o experimento austiniiano e, numa reflexão posterior, determinar qual das três teses mencionadas seria a relação mais adequada que tal experimento deveria guardar com a teoria kantiana.

Perceba-se, mais uma vez, que a questão é de *adequação, legitimidade* e, portanto, há o problema da *correção* de tal ou qual leitura. Quem lê todos esses trechos não pode imaginar que Julio está “conscientemente deturpando” o pensamento kantiano. Pois caso tivesse sido essa a intenção, o artigo todo perderia sentido! Para que, então, deveríamos ler um artigo sobre Kant já que seu autor conscientemente deturpa seu pensamento!? No final do artigo de 1996, Cabrera ainda se preocupa pelo que é legítimo atribuir a Kant:

Qualquer relação do prático kantiano com contexto de usos socializados, ‘circunstâncias adequadas’, convenções socializadas, e assim por diante, parece claramente ilegítima, incompatível com a concepção kantiana do prático. (p. 113)

Se parece ilegítima, mais uma vez, o autor desse artigo parte do pressuposto de que há leituras corretas e incorretas e, portanto, que os autores, Kant e Austin, nesse caso, disseram uma coisa e não outra. O que está em jogo, então, é a possibilidade de fazer de Kant uma leitura adequada, legítima ou outra inadequada e ilegítima. Mas quem usa esses termos é o próprio Cabrera. Como, então

acreditar que está deturpando o pensamento kantiano propositalmente?

Há muitas outras considerações a serem feitas sobre o que Cabrera disse. Gostaria muito que este debate continuasse, mas devo perguntar antes: o colega está, no presente debate, propositalmente deturpando o que eu penso como diz que fez com Kant? Seria bom saber, caso contrário estaríamos perdendo o tempo, pois acredito que, para todos nós, no fundo, a verdade é o que está em jogo.

Nota

- 1 “Como fazer coisas-em-si com palavras”, *Philosophos*, v. 1, n. 1, jan./jun. 1996, p. 99. O grifo é meu.